



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS**

O EMPODERAMENTO DA MULHER TRABALHADORA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

FRANCELLI MARIA MOREIRA DARIO

Sob a orientação da professora Diná Andrade Lima Ramos

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da UFRRJ/ Unidade Acadêmica de Três Rios.

Três Rios, RJ.

Julho de 2009

Dedico este trabalho a Deus e a meus pais Herly e Jorgete, e meu marido Gilmar por tudo que me proporcionaram, contribuindo de forma especial para que eu fosse vitoriosa em mais esta etapa de minha vida.

Agradeço a professora Diná, pela paciência na orientação e presteza que tornaram possível a conclusão desta monografia. A amiga Leiluce, pela colaboração e apoio constantes.

RESUMO

Atualmente, um número cada vez mais expressivo de mulheres trabalha fora de casa. Além da maternidade, muitas mulheres preocupam-se com sua simples realização acadêmica e valorizam a construção de uma carreira profissional, vislumbrando nessa atividade uma condição necessária ao sucesso da sua vida. As mudanças no mercado de trabalho, mais favorável a uma maior e mais constante inserção produtiva da População Economicamente Ativa - PEA feminina, e o sucesso escolar das estudantes estão, por assim dizer, revogando o pressuposto da figura desigual das mulheres. As razões deste movimento estão também ligadas à ampliação das ofertas de trabalho nas atividades terciárias, notadamente aquelas de cunho social e administrativo, tradicionalmente desempenhadas por mulheres. Dada a forte segregação ocupacional do mercado de trabalho até então, as mulheres mantiveram-se majoritariamente concentradas em um leque restrito de atividades, voltadas para serviços pessoais, serviço doméstico, administração pública, comércio e distribuição de alimentos/vestuário, indústria têxtil e de confecção e montagem de componentes eletroeletrônicos. Existem grandes indícios de que a mão-de-obra feminina estaria alcançando os mais diversos postos. No âmbito desta monografia, o objetivo é evidenciar mudanças e continuidades nas características essenciais do emprego feminino no Brasil na última década, extrapolando a análise para papéis mais importantes que as mulheres vem ocupando na sociedade.

SUMÁRIO

PÁGINA

RESUMO

I – INTRODUÇÃO	1
1.1 – Objetivos	3
1.1.1 - Objetivo Geral.....	3
1.1.2 - Objetivos Específicos.....	3
1.2 – Justificativa, Metodologia e Delimitação da Pesquisa	3
II – A EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO	5
2.1 – Os Enfrentamentos Sócio-Econômicos da Mulher Trabalhadora	5
2.2 – O Desenvolvimento do Trabalho da Mulher	6
2.3 – Ocupação da Mão-de-Obra Feminina	9
III – ASPECTOS SÓCIO-ECONOMICOS DO TRABALHO FEMININO	11
3.1 – Habilidades	11
3.2 – Escolaridade de Qualificação	12
3.3 – Rendimentos	13
3.4 - Conquistas Legais no Mercado de Trabalho	15
IV – A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RENDA FAMILIAR E SEU CONSEQUENTE EMPODERAMENTO	17
4.1 – As Mudanças na Composição da Renda Familiar	17
4.2 - A Mulher Provedora do Lar e Suas Características	19
4.3 – O Empoderamento	22
V – CONCLUSÃO	25
VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

1 INTRODUÇÃO

A busca da igualdade e o enfrentamento das disparidades de gênero fazem parte da história do Brasil, história construída em diferentes espaços, por diversas mulheres, de várias maneiras. Nos espaços públicos e privados, as mulheres vêm questionando as rígidas divisões de tarefa, e estão alterando gradativamente as relações de poder, historicamente desiguais.

A organização das mulheres em torno de agendas específicas está resultando na ocupação de espaços tradicionalmente reservados aos homens. As mulheres, hoje, ocupam postos da magistratura, altos cargos do judiciário, têm espaços conquistados no legislativo e já estão alcançando espaços importantes no executivo, como governadoras, prefeitas e até presidente.

Desde o início do século XIX, as mulheres vêm traçando lutas e movimentos, contra a opressão e a discriminação da mulher, exigindo a ampliação de seus direitos civis e políticos. Nas últimas décadas, o movimento brasileiro de mulheres vem ganhando novas características e se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política. Desta forma, as mulheres vêm deixando de ser ponto de apoio para a sociedade, para serem partícipes das grandes conquistas da população.

Segundo Leone (2003) este fenômeno de empoderamento da mulher não obedece fronteiras. Essa ascensão se dá em vários países, de maneira semelhante, como se houvesse um silencioso e pacífico levante no sentido da inclusão feminina qualificada no mundo do trabalho. É notório o crescimento da mão-de-obra feminina nos mais variados setores da economia, demonstrando o espaço alcançado pelo empoderamento da mulher trabalhadora. Algumas características como sensibilidade, afetividade e percepção aguçada, que até pouco tempo eram consideradas fraquezas, hoje, passaram a somar às qualificações das mulheres

para ocuparem determinados postos de trabalho. Algumas características têm sido consideradas essenciais para determinados ramos de atividades.

É necessário revelar que o crescimento da participação das mulheres alcança todas as áreas, como as oportunidades na política e na economia, as conquistas educacionais a saúde e o bem-estar. Sabe-se que toda esta transformação faz parte de um desenvolvimento global, dado ao fato que a humanidade está em constante movimento. A quebra de antigos paradigmas traz, hoje, a possibilidade de ousar, e buscar, aquilo que realmente necessitamos.

Esta participação no mercado de trabalho reflete em várias questões ligadas à mulher como o ambiente, a família e principalmente sua situação financeira. A mulher trabalhadora tende a questionar os problemas em sua volta e pensar em soluções, ou seja, participa realmente da vida da comunidade que a rodeia. Para o âmbito familiar, são inúmeras as diferenças de uma mulher trabalhadora, pois ela adquire poder de decisão a partir do momento em participa da renda familiar. Além disso, traz benefícios para ela mesma e sua contribuição perante à família, percebendo as vantagens de ser uma mulher independente.

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro de aspecto introdutório e metodológico e o último conclusivo. O segundo capítulo tem o objetivo de desenvolver a questão do crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, discutindo a sua inserção e seu desenvolvimento. O terceiro capítulo busca demonstrar os pontos marcantes do trabalho feminino, através dos aspectos sócio-econômicos da mulher trabalhadora. O quarto capítulo traz a questão da participação da mulher na renda familiar e como isso gerou o empoderamento da figura feminina.

1.1 – Objetivos

1.1.1 – Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é revelar a mudança quanto à participação das mulheres no mercado de trabalho, demonstrando historicamente como se deu este fenômeno. Pretende-se estabelecer uma relação entre tais mudanças e seu empoderamento na sociedade.

1.1.2 – Objetivos Específicos

- a) Apresentar o aumento da participação da mão-de-obra feminina;
- b) Discutir os aspectos sócio-econômicos que apontam para o crescente sucesso da mulher trabalhadora;
- c) Evidenciar a contribuição da renda e do trabalho feminino para a renda familiar;
- d) Associando sua renda do trabalho às alterações quanto ao poder de decisão intra-familiar.

1.2 – Justificativa, Metodologia e Delimitação da Pesquisa

Não há dúvida de que as mulheres representam, hoje, no Brasil, uma parcela significativa do mercado de trabalho. Na maior metrópole do nosso país, São Paulo, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em

2007, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu 8,9%, enquanto a masculina caiu 3,6%.

Considerando que a renda do trabalho é a principal fonte de rendimentos que sustenta a sociedade, é relevante não só analisar os principais postos que a mulher tem alcançado no mercado de trabalho, mas também estabelecer relação entre esta maior participação o seu bem estar econômico e social.

A pesquisa focará a década de 1990 em diante. Este é um período em que houve transformações não só na economia, mas no mercado de trabalho, na área tecnológica e humana, tais como a quebra de antigos paradigmas, o maior acesso aos meios de comunicação, a globalização e mudanças na economia mundial.

Na busca por informações sobre o tema foram utilizados livros de autores das mais diversas áreas, trabalhos acadêmicos, dissertações, teses de mestrado e doutorado, além de artigos e outras fontes oficiais encontradas na internet.

2 A EVOLUÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Na última década as mulheres conquistaram seu espaço no mercado de trabalho. A última década, principalmente, foi marcada pelo fortalecimento da participação no mercado de trabalho e o aumento da responsabilidade no comando das famílias.

2.1 – Os Enfrentamentos Sócio-Econômicos da Mulher Trabalhadora

Percorrendo a história do trabalho no mundo, vamos encontrar, desde o seu início, a presença das trabalhadoras. Vale ressaltar que a mão-de-obra feminina foi numerosa e fundamental no desenvolvimento da indústria têxtil, a qual esteve no centro desse processo de transformação.

Atualmente, a inserção das mulheres no mercado de trabalho se expandiu. O contingente feminino chega a mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, muito embora absorvido no universo do trabalho precarizado e desvalorizado (OLIVEIRA E SILVA, 2005).

O trabalho feminino sofreu uma profunda alteração com relação à divisão social do trabalho, sobretudo devido às mudanças tecnológicas decorrente do processo de industrialização. No entanto esta divisão do trabalho ocorre de forma injusta e desigual.

Não obstante a importância de seu rendimento para o bem estar de sua família, há muitas barreiras impostas às mulheres trabalhadoras, como o preconceito da sociedade e a contra-vontade da família. Apesar de a mulher ter assumido atividades remuneradas na esfera

pública, ela continua a desempenhar atividades na área privada, dessa forma é designada a elas uma dupla jornada de trabalho.

Segundo Bruschini (1990), um dos fatores que mais influenciou a mulher a sair da esfera privada foi por questão de necessidade econômica, que se intensificou com a deterioração dos salários reais dos trabalhadores e que as obrigou a buscar fora do lar, uma complementação da renda familiar. No entanto hoje a satisfação pessoal é um fator considerável na inserção da mulher no mercado de trabalho. Para D'avila (1999), a inserção da mulher no mercado de trabalho, é uma condição importante para sua “emancipação econômica” e fundamental, sendo muitas vezes utilizadas para a própria sobrevivência do grupo familiar.

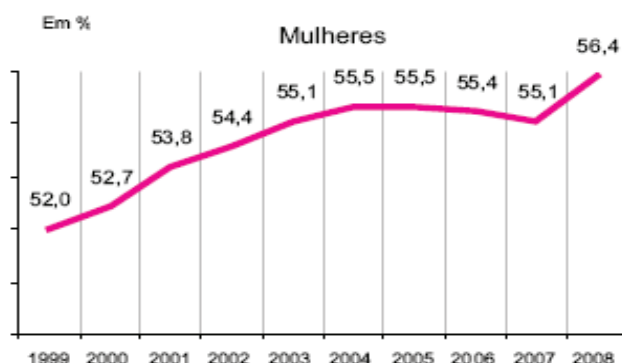
De acordo com Castro (1990), apesar da conquista de novos espaços as mulheres ainda são discriminadas, porque ainda encontram dificuldades para ocupar cargos de chefia, e ganham menos que os homens nos mesmos cargos que esses ocupam.

2.2 - O Desenvolvimento do Trabalho da Mulher

A década de 90 foi caracterizada pela intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, onde começou a destacar-se a crescente incorporação da mulher na força de trabalho. Conforme podemos verificar no Gráfico 1, a participação das mulheres no mercado de trabalho apresentou um crescimento nos últimos anos, com pequena oscilação de 2005 a 2007.

Gráfico 1

Taxa de Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho Brasileiro (1999 a 2008)



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Segundo dados do IBGE na Tabela 1, podemos visualizar que no período de 5 anos (2003 a 2008) o número de mulheres trabalhadoras (economicamente ativas) cresceu cerca de 13%, enquanto que o total da população cresceu pouco mais de 10%.

Tabela 1

Estimativas da População Brasileira – em milhares

	Mulher		Total	
	jan/03	jan/08	jan/03	jan/08
População em Idade ativa	19.641	21.919	36.985	40.961
População Economicamente Ativa	9.093	10.508	20.758	23.104
População Ocupada	7.868	9.445	18.441	21.261
População Desocupada	1.224	1.063	2.317	1.842

Fonte: IBGE (2008).

Várias são as respostas encontradas quando se pergunta o porquê do crescimento recente da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho. Estas questões dependem do ponto de vista em que se analisa o assunto.

Podemos citar como um dos motivos a elevação geral da demanda por trabalho. As inovações tecnológicas fizeram a produção de mercado crescer de forma grandiosa, e desta forma, aumentou a demanda por trabalho contratado, inclusive pelo trabalho das mulheres.

A elevação setorial da demanda por trabalho, bem como por tipos particulares de habilidades, resulta em aumento da demanda por trabalho feminino. As mulheres são beneficiadas quando a economia requerer trabalhadores especiais, que possuam habilidades e que não requeiram compromissos de trabalho no longo prazo. O aumento da demanda por trabalho de mulheres resulta numa elevação dos salários reais das mulheres, vindo a atrair mais mão-de-obra feminina ao mercado de trabalho.

A elevação do nível de educação das mulheres também é um dos motivos para o crescimento da participação da mão-de-obra feminina. Se elas não estivessem preparadas para encarar as novas funções esse sucesso não teria acontecido.

Com as mudanças tecnológicas do mercado trazidas pela crescente industrialização, cada vez mais bens e serviços que eram produzidos para facilitar a vida das pessoas, o que de certa forma, incentivava a entrada das mulheres no mercado de trabalho. A produção doméstica ficou mais eficiente (casas com eletricidade, água corrente e eletrodomésticos), reduzindo a quantia de tempo gasta em serviço doméstico.

As mudanças na estrutura familiar, como tendências para o matrimônio, tamanho familiar e divórcio são determinantes críticas da demanda por trabalho. A taxa de participação de mulheres solteiras tende a ser maior que a de mulheres casadas, pois elas não contam com a ajuda financeira do cônjuge. Processo parecido acontece com a separação. Com aumento no número de divórcios, aumenta a quantidade de mulheres trabalhando fora de casa. A diminuição da taxa de natalidade também leva ao aumento da taxa de participação das

mulheres, pois com menos crianças para se preocupar elas podem ter um trabalho remunerado.

2.3 – Ocupação da Mão-de-Obra Feminina

No que diz respeito à inserção ocupacional das mulheres, essa é mais marcada por continuidades do que por mudanças (Bruschini, 2006). As ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas do mercado de trabalho continuam se reproduzindo, implicando a persistência de nichos ocupacionais, como, por exemplo, o do emprego doméstico. O aumento do emprego doméstico aliado ao aumento do trabalho autônomo reflete maior proporção de mulheres na informalidade, desprotegidas de qualquer regulamentação que lhes garanta importantes direitos sociais, como carteira de trabalho assinada, licença-maternidade e acesso a creche, entre outros.

Deve-se salientar que o aumento de ocupações precárias tem ajudado também a absorver uma parcela de homens, ocorrendo, por vias transversas, redução da segmentação por gênero. Assim, as diferenças de trabalho masculino e feminino estão diminuindo, só que agora não somente pela capacidade das mulheres de entrarem no mercado reservado aos homens, mas também pela redução da participação masculina no mercado de trabalho e pela participação conjunta de homens e mulheres nos empregos precários que hoje o mercado de trabalho oferece a ambos os sexos (Leone, 1999).

Entre as mulheres situadas em níveis ocupacionais mais baixos, a dificuldade de encontrar alternativas de empregos melhores levou muitas dessas mulheres a permanecer nas mesmas atividades. Já as mulheres em níveis ocupacionais mais elevados e que entraram mais

tarde no mercado de trabalho ocuparam as oportunidades criadas por alguns setores, como o de atividades sociais (saúde, educação, previdência e assistência social), serviços auxiliares da atividade econômica e administração pública.

Os estudos mostram que no universo do trabalho as mulheres são ainda preferidas para as funções de rotina. Isso pode ser comprovado diante do dado que, de cada dez pessoas afetadas pelas lesões por esforço repetitivo (LER), oito são mulheres (GUEDES, 2007).

No Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência (Fleck, 2009). Segundo uma pesquisa recente feita pelo Grupo Catho (2008), empresa de recrutamento e seleção de executivos, as mulheres conquistam cargos de direção mais cedo. Tornam-se diretoras, em média, aos 36 anos de idade, enquanto a média geral é de 40.

As mulheres têm aos poucos, conquistado cargos de chefia. Isso é facilmente explicado pelo fato de as mulheres estarem a menos tempo no mercado, e é natural que elas tenham currículos menos robustos. À medida que elas vêm mostrando sua determinação e sabedoria, grandes empresas têm optado por mulheres no comando.

3 ASPECTOS SÓCIO-ECONOMICOS DO TRABALHO FEMININO

Várias são as questões econômicas e sociais que apontam para o desenvolvimento da participação da mulher no mercado de trabalho. O contingente de mulheres trabalhadoras possui características próprias, que as proporciona grandes vantagens na conquista por seu espaço.

3.1 – Habilidades

As aptidões mais reconhecidas, tidas como características da mão-de-obra feminina, ou sejam, a agilidade, a destreza e a rapidez, são louvadas por muitos empregadores, "as mulheres têm dedos de fadas e manipulam melhor os minúsculos componentes eletrônicos" ou "a habilidade da mão de uma operária que executa trabalhos finos é simplesmente incrível" (Kergoat, 1982, p.54).

Essas habilidades, associadas com padrões comportamentais considerados típicos da mão-de-obra feminina como paciência, perspicácia, fidelidade, maior aceitação de trabalhos enfadonhos e resistência à monotonia, resultam em resultados preciosos para o empregador e para a atividade industrial de forma geral.

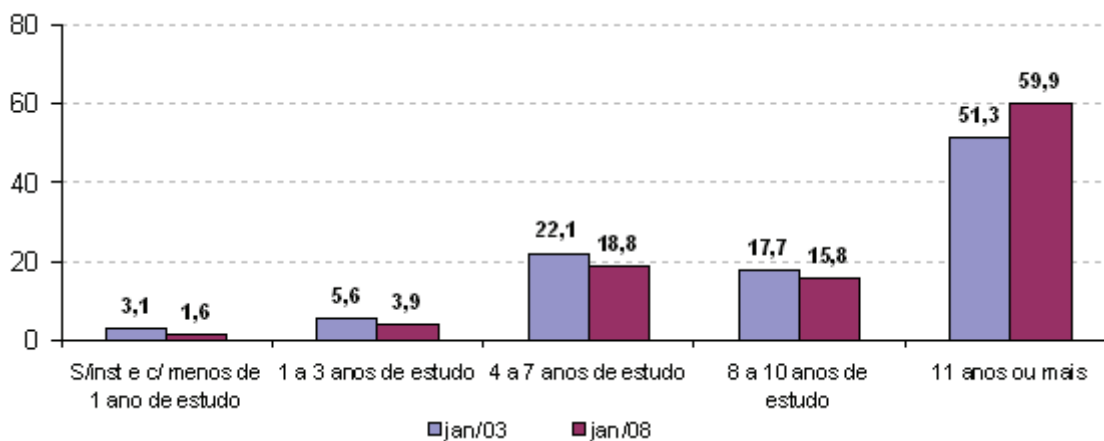
Observando a importância destas qualificações para o desempenho satisfatório de um grande número de tarefas em distintos ramos industriais em São Paulo, Rodrigues (1992) acredita-se que a mulher não constitui, na indústria, um exército de reserva, já que, para algumas tarefas, ela é, realmente, insubstituível.

3.2 – Escolaridade e Qualificação

Quanto ao perfil educacional, permanece a já conhecida característica de melhores níveis entre as mulheres. Observa-se, segundo o IBGE que já em 1993, entre as mulheres ocupadas, apenas 46,6% do total possuía baixa escolaridade, ou seja, apenas o nível fundamental completo. A melhora tem sido espetacular, pois em 2008, o contingente com baixa escolaridade havia se reduzido para 30,8% entre as mulheres.

Levando em consideração o número de anos de estudo das mulheres ocupadas entre os anos de 2003 e 2008, nota-se uma melhora significativa, como podemos verificar no Gráfico 2.

GRÁFICO 2
Distribuição das mulheres ocupadas por os anos de estudo - Brasil 2003 e 2008 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego

Podemos verificar que o número de mulheres sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, caiu pela metade, no intervalo de 5 anos. Além disso, o número de mulheres com 11 anos ou mais de estudo, cresceu mais de 8%. Na verdade foi a única faixa de anos de

estudo que apresentou crescimento. Ou seja, enquanto as trabalhadoras brasileiras tiveram reduzido a sua participação em postos com até 10 anos de estudo, no outro extremo vivenciaram um aumento entre os postos que exigiam 11 anos ou mais de estudo. As mulheres têm buscado aumentar sua escolaridade, seja na busca por melhores empregos ou na manutenção dos mesmos, melhores salários e condições de vida, ou mesmo pela realização profissional.

Sabe-se que as mulheres, que já são maioria entre os concluintes dos ensinos Fundamental, Médio e Superior no país. Predominam entre os candidatos aos exames vestibulares tanto para instituições públicas como privadas. Um exemplo entre as universidades públicas é a UFRJ, que neste último vestibular (2009) teve, entre seus 51.553 inscritos, 54% de candidatas mulheres, disputando as mais de 7.600 vagas.

De acordo com dados do Censo Escolar 2008, do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), "na distribuição das matrículas elas representam 56,5%, mas a maior diferença está na Educação Superior, na qual as mulheres representam 63% dos concluintes". No Ensino Médio, entre os concluintes, 56,3% são do sexo feminino.

Além de já ter uma maior participação no número de alunos matriculados e entre os formandos, outra constatação apresentada pelo Inep/MEC é de que carreiras antes com expressiva predominância de profissionais do sexo masculino estão sendo alteradas. Esse é o caso das engenharias, que contam cada vez mais com a participação das mulheres nos seus quadros de matriculados.

O curso de Direito é outra área em que as mulheres têm sua participação ampliada. Os dados revelam que o número de mulheres aumentou 223,2% nos últimos 5 anos. Em 1991, as mulheres ocupavam 43,9% das vagas e, atualmente, esse índice chega a 48,9%. Nos

cursos de Administração, o crescimento da participação feminina foi ainda maior: passou de 41,1% para 47,4%.

Outro curso com expressiva predominância de mulheres é o de Odontologia, em que estudantes do sexo feminino representam 62%. O curso de Pedagogia é o mais expressivo, com 92,4% de estudantes mulheres. Esse percentual se mantém quase no mesmo patamar registrado em 1991, quando as mulheres representavam 91,2%.

3.3 - Rendimentos

O rendimento das mulheres tem apresentado um crescimento favorável, e por algumas vezes até maior que a média nacional. Como podemos verificar na Tabela 2 em 2003, o rendimento real médio das mulheres brasileiras equivalia a R\$ 933,56. Já em 2008 o rendimento real médio subiu para R\$ 956,80, o que representa um crescimento considerável.

Tabela 2
Rendimento Médio das Mulheres – período 2003/2008

	Janeiro - 2003	Janeiro - 2008
Recife	R\$ 647,88	R\$ 703,00
Salvador	R\$ 793,54	R\$ 793,90
Belo Horizonte	R\$ 705,09	R\$ 816,10
Rio de Janeiro	R\$ 817,82	R\$ 952,90
São Paulo	R\$ 1.100,86	R\$ 1.076,40
Média	R\$ 933,56	R\$ 956,80

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego – jan/2008.

Outro ponto positivo é o aumento da receita média real por hora das mulheres. Segundo dados do IBGE, nos últimos cinco anos houve um desempenho positivo no rendimento as assalariadas (2,4%) e as empregadas domésticas (6,5%). Os rendimentos médios por hora de mulheres segundo nível de instrução aumentaram nos últimos anos com maior intensidade para os ocupados menos escolarizados (analfabetos ou com ensino fundamental incompleto): 6,7% entre as mulheres.

3.4 – Conquistas Legais no Mercado de Trabalho

Um dos espaços fundamentais para a conquista de garantias ao trabalho da mulher e a busca da equidade de gênero é o da negociação coletiva de trabalho, no qual patrões e trabalhadores discutem problemas referentes às relações de trabalho e estipulam normas para a regulamentação dos diversos aspectos dessa relação. Grandes questões já foram alcançadas como garantia à gestação, maternidade/paternidade, responsabilidades familiares, condições de trabalho, processo e exercício do trabalho, saúde da mulher e equidade de gênero.

A conquista de proteção à gestação tem por objetivo preservar a saúde da mulher e da criança durante a gravidez, por meio de direitos concedidos às trabalhadoras. Sabe-se da necessidade de medidas de garantia das condições de trabalho compatíveis com a gestação, propiciando seu acompanhamento e desenvolvimento satisfatório, além de descaracterizar a gravidez como impeditivo para a contratação ou manutenção do emprego da trabalhadora.

Outra garantia também negociada em várias categorias em favor da trabalhadora gestante é a que assegura função compatível com a gestação. Neste caso, a mudança de função da trabalhadora gestante está condicionada a casos excepcionais, como local de

trabalho insalubre ou prejudicial à gestação; atividade que ofereça riscos; condições de trabalho incompatíveis; necessidade de saúde; exigências de ordem física, sem que sejam definidos indicadores que possam caracterizar essas situações.

Há casos de empresas que asseguram a liberação da gestante antes do término da jornada de trabalho, além da dispensa da gestante para exames pré-natal.

A legislação brasileira já garante a proteção à maternidade/paternidade que se relaciona à compatibilização entre o exercício do trabalho e os cuidados necessários à criação e acompanhamento dos filhos, compreendendo as garantias a pais e mães desde o momento do nascimento da criança.

A lei nº 10.421 de 2002 deu às mães adotivas os mesmos direitos sociais já garantidos as mães biológicas. As mães adotantes passaram a ter direito ao recebimento de salário-maternidade e de um período de licença, variável de acordo com a idade da criança.

Em 2008, a lei 11.770 aumentou a licença maternidade para período de 180 dias, como já vinha sendo aplicada em algumas cidades e estados, os quais estabeleceram tal período através da aprovação de leis estaduais ou municipais. A referida lei prevê incentivo fiscal para as empresas do setor privado que aderirem à prorrogação da licença maternidade por mais 60 dias.

As mulheres alcançaram grandes garantias relativas às condições de trabalho, como jornada e ambiente; as que procuram coibir abusos contra as trabalhadoras; as referentes às necessidades fisiológicas da trabalhadora e, por fim, as relativas a exigências com a aparência para o exercício da função. No que se refere à jornada de trabalho, várias categorias profissionais incluem esse tema em suas negociações, restringindo o trabalho noturno e dando vantagens em relação ao trabalho extra.

4 PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RENDA FAMILIAR E SEU CONSEQUENTE EMPODERAMENTO

Atualmente a economia passa por diversas transformações sociais e econômicas, como modernização e a globalização. É neste contexto que a família se recompõe sobre novas bases, uma delas o elemento feminino como suporte econômico, desafiando o modelo patriarcal, e abrindo novos espaços na esfera pública para a mulher.

4.1 – As Mudanças na Composição da Renda Familiar

Não há dúvidas sobre a importância da família na determinação do bem-estar dos que a compõe. É nesse meio que seus membros dividem seus problemas e suas emoções, criam conflitos e facilmente os desfazem. Uma das questões que pode ser levantada como das mais importantes no meio familiar é a questão financeira. A quantidade de recursos trazidos para dentro do núcleo e a participação de cada um nessa conquista, define por muitas vezes o poder de decisão dentro daquele grupo.

As possibilidades dos membros da família contribuírem para a renda familiar são diferentes, dependendo da estruturação da vida familiar e suas implicações para o trabalho doméstico, bem como a aceitação do mercado de trabalho, que define as oportunidades dos indivíduos em função de suas características de sexo, idade, escolaridade e lugar na hierarquia da família.

Como coloca Gomes (1998), nos momentos de ameaça ao padrão de vida atingido, os outros membros como esposa e filhos são mobilizados na direção do mercado de trabalho

e, se já estão no mercado, são obrigados a intensificar sua participação através de jornadas de trabalho mais intensivas ou outros trabalhos. Na ausência de políticas que garantam a sobrevivência nas situações mais críticas, como o desemprego, doença ou invalidez, todos os membros da família, inclusive crianças e velhos, podem ser transformados em população economicamente ativa.

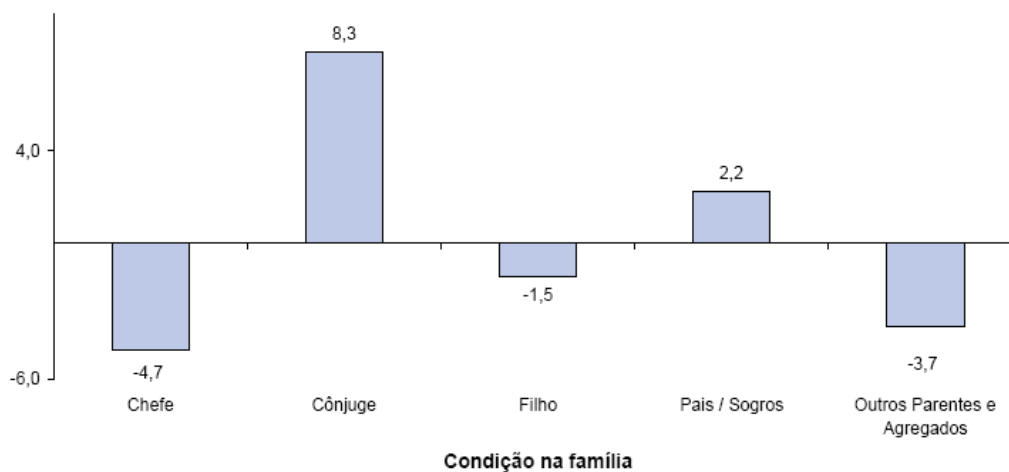
Contudo, a necessidade de complementar a renda familiar não é privilégio das camadas mais pobres da população. A maior mercantilização envolvida no consumo, decorrente do próprio aumento de tamanho das cidades e da complexidade da vida contemporânea em aglomerados urbanos, eleva o nível de renda familiar necessário para as mudanças no estilo de vida das famílias. Além disso, nas camadas mais abastadas da população a questão não é só de sobrevivência estrita, mas sim de acompanhar as mudanças da sociedade decorrentes do progresso, do acesso a um número crescente de bens e serviços que devem ser comprados para o bem-estar da família.

Ramos e Lazo (2006) fazem uma análise dos dados dos últimos censos, os quais nos permitem tirar algumas conclusões no que refere-se à modificação na composição da renda familiar e o aumento da participação da renda da cônjuge¹. De acordo com o Gráfico 2 é possível verificar que a cônjuge foi a que maior variação apresentou no período analisado, ou seja, uma variação de 8,3%.

Ainda no Gráfico 2, podemos perceber que no mesmo período os chefes de família tiveram uma variação negativa. Diante dessa estatística é possível concluir mais uma vez que as mulheres têm adquirido espaços no mercado de trabalho, anteriormente ocupados pelos homens.

¹ Do total de famílias biparentais 97,2% são cônjuges do sexo feminino na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1991 e 90,7% em 2000, por esse motivo é utilizada a expressão “as cônjuges”.

Gráfico 3
Varição da Participação dos Membros da Família com Renda do Trabalho Na Renda Familiar – RMRJ - 1991 e 2000



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000 - Microdados

4.2 – A Mulher Provedora do Lar e Suas Características

O trabalho remunerado da mulher, que permite a sua participação no orçamento doméstico, por um lado, se constitui num marco de referência da descaracterização do trabalho feminino como “ajuda”, e por outro lado, torna a mulher visível na esfera dos direitos negociados. A chamada “ajuda” um é tipo de trabalho geralmente considerado incerto, realizado no convívio de familiares e não reconhecido formalmente para efeito dos direitos.

O padrão de vida dos componentes do núcleo familiar tende a melhorar a partir do momento em que mais um membro passa a participar da divisão das despesas domésticas. Quando este trabalhador é mulher, e principalmente mãe, esta parcela de colaboração com o orçamento doméstico tende a ser maior ainda, pois ela possui um sentimento maternal que a leva querer o bem da família e contribuir da melhor forma para que todos sejam beneficiados.

A contribuição do trabalho da mulher na renda familiar ajuda, principalmente, a retirar famílias de situação de extrema pobreza e a afastar as que já não eram tão pobres para mais longe da linha de pobreza (MARRI, 2007).

Sabe-se que atualmente a remuneração da mulher é de suma importância na renda de uma família, independente de como ela se compõe (se há filhos, quantos filhos). O que tem se percebido nos últimos anos, é que essa importância tem se elevado a tal ponto de se tornar a maior parcela da renda familiar, em muitos casos, a única renda daquela família.

A relação entre a crescente participação da mulher no mercado de trabalho tem influência direta sobre a mudança na composição da renda familiar. O aumento no número de mulheres trabalhadoras faz com que sejam cada vez maiores o número de famílias chefiadas por mulheres. Além disso, os baixos rendimentos do trabalho levaram muitas mulheres a desempenhar o papel de provedoras, mesmo em casos onde há homens na família (RAMOS e LAZO, 2004).

Conforme Ramos e Lazo (2004) as condições econômicas e o esforço coletivo de superação de condições adversas que os membros da família enfrentam são os principais motivos para a modificação dos arranjos familiares. Desta forma, podemos entender por arranjo familiar a relação que os membros da família possuem com o chefe.

Ao dar esses passos na direção de sua própria identidade, a mulher desperta para a importância do seu salário no orçamento doméstico. E um desses é o reconhecimento do seu papel de provedora, função que, ao longo dos séculos, serviu para justificar a condição de chefe da família. Ao contribuir nas despesas do lar, a mulher reflete sobre as atribuições do chefe da família e, na prática, segundo Wajman (2006), se vê desempenhando a obrigação de provedora juntamente com o marido, sem, no entanto, exercer os privilégios tradicionalmente concedidos ao chefe masculino.

A idéia de mulher chefe de família não se identifica direta e imediatamente com a idéia de família mono parental². Existem mulheres chefes de família casadas, solteiras, viúvas, outras coabitam com seus companheiros, outras recebem deles ajudas eventuais, mas, elas trazem para a casa a renda que garante a sobrevivência do grupo familiar, ali, onde existe a falta masculina como provedor econômico, o contrário dos padrões culturais estabelecidos. A prática tradicional ligando o termo “chefe” a homem, a superioridade do masculino na hierarquia é assim contestada (ARAÚJO, 2008).

No Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) (2008), 20,5% dos lares têm na mulher a maior referência familiar, em termos de suporte financeiro. É possível perceber que esse número só tende a aumentar ao visualizar dados de países mais desenvolvidos, que já há algum tempo, tem as mulheres inseridas no mercado de trabalho.

A mudança do status da esposa na composição da renda familiar traz consigo mudanças nos papéis desempenhados por estas no mercado de trabalho, nos casamentos e nas famílias. O aumento na renda da mulher, relativamente aos rendimentos do marido, aumenta, teoricamente, seu poder de decisão. Esposas que recebem mais que seus maridos geralmente têm maior poder nas questões da família, reduzem o tempo alocado em trabalhos domésticos, e suas carreiras geralmente são tratadas como as mais importantes.

O que se percebe é que as mulheres de forma geral, principalmente aquelas que arcam com a maior parte dos custos da família, tem conquistado grande poder de decisão dentro da família. Várias são as questões determinadas principalmente pela mulher, como o número de filhos, a compra de bens de consumo duráveis e a aplicação dos recursos financeiros.

² Família mono-parental: família com núcleo incompleto, homem ou mulher sem cônjuge.

4.3 - O Empoderamento

A saída da mulher do "trabalho-ajuda" para o trabalho remunerado significa a oportunidade de ter reconhecimento, de permitir reduções na desigualdade de classe, e significa, sobretudo, a abertura de trilhas para sua autonomia. Uma renda mensal que garanta a sua participação efetiva nas despesas da casa, num plano maior, tende a suscitar mudanças na maneira de se pensar a mulher como membro doméstico que, nas relações sociais, deve participar do poder de mando e de decisão nos espaços público e privado.

Na maioria dos casos, as mulheres provedoras do sustento familiar têm uma idade mais avançada, pois já trabalham a algum tempo e já conquistaram bons espaços no mercado de trabalho. De acordo com Oliveira (2003), as esposas provedoras são, em média, dois anos mais velhas (39 anos de idade) do que as co-provedoras (aquelas que participam com menos de 50% da renda familiar) e tem, aproximadamente, entre 9 e 10 anos de estudo. Em relação à ocupação das esposas provedoras, grande parte está concentrada no setor de serviços (29%). Mas também estão bem representadas nos grupos de dirigentes, professoras e técnicas de nível médio.

Na maioria das unidades da federação, predominam entre as chefes de família as mulheres pretas e pardas e, invariavelmente, o rendimento mensal dos domicílios chefiados por mulheres é inferior àquele dos domicílios cujos chefes são do sexo masculino. Assim, em 2002, 53% das chefes de família contavam com um rendimento domiciliar mensal de até 3 salários-mínimos e apenas 45% dos chefes do sexo masculino (Holzmann, 2004).

As mudanças ocorridas na família através das mulheres parecem não se caracterizarem essencialmente por mudanças bruscas e posturas radicais, ao contrário, parecem se estabelecer paulatinamente, ao tempo que concomitantemente vão conservando alguns elementos e implantando novos. Essa convivência, nem sempre harmoniosa, do velho com o novo pode, muitas vezes, significar sacrifícios para as mulheres, através das posturas de retração e da sobrecarga de tarefas, mas pode significar também estratégias de empoderamento que vão se estabelecendo em longo prazo.

Podemos entender como empoderamento o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência a sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (Gomes, 1998).

Pensando na questão feminina o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais.

Conforme Pena (1981), os parâmetros do empoderamento são a construção de uma auto-imagem e confiança positiva, o desenvolvimento da habilidade de pensar criticamente, a construção de um grupo, além da promoção da tomada de decisões das ações.

O empoderamento trouxe ao universo feminino a compreensão de que as mulheres têm a sua subordinação fixada pela sociedade, porém isso não quer dizer que a mulher terá que concordar com os paradigmas impostos. A mulher tem aprendido a desenvolver seus sentimentos, na busca de melhorias a nível pessoal, ganhando autoconfiança e auto-estima. A mulher aprendeu habilidades para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, trazendo a ela a capacidade para organizar e promover mudanças sociais.

Não há que se questionar que o componente mais importante no empoderamento das mulheres é a sua independência econômica. É do desenvolvimento desse fator que decorrem todos os outros. Se a mulher não tivesse adquirido sua auto-suficiência financeira, não teria alcançado tantas outras conquistas.

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família (SOUZA, 2001).

As mulheres têm avançado econômica, política e socialmente, a passos lentos, é verdade, mas com relativa constância. Significa dizer que seus papéis estão definitivamente modificados em qualquer espaço, independentemente das pressões sociais a que as mulheres são submetidas.

V – CONCLUSÃO

O presente trabalho possibilitou demonstrar que o crescimento da presença feminina na esfera do trabalho trouxe alterações nas demais esferas.

Apesar de ainda não podermos considerar que a mulher está inserida no mercado de trabalho igualmente aos homens, muito deve se comemorar, pois grandes avanços já aconteceram, e grandes coisas já foram conquistadas.

A chefia feminina é reflexo ao mesmo tempo do avanço da trajetória das mulheres no mercado de trabalho e do não casamento ou do “descasamento”, talvez provocada pela intensificação dessa inserção. Consistindo assim, arranjos familiares nem sempre bem sucedidos. É importante salientar que dificilmente uma mulher é considerada chefe quando há um homem adulto na família.

Características como aumento da escolaridade e da faixa etária são favoráveis à mulher trabalhadora chefe de família. A situação de pobreza e miséria é um dos fatores que faz vir à tona a chefia feminina no tocante à provisão financeira. As mulheres provenientes das camadas mais pobres, são na maioria motivadas a ingressarem no mercado de trabalho pela precária situação financeira vivida, por questões de sobrevivência, o que pode, posteriormente, conduzi-las a autonomia e posturas emancipatórias. Todavia, há que se considerar a diversidade de motivos que levam a mulher a deixar a sua casa em busca de trabalho, sendo a realização pessoal também grande responsável.

Definitivamente é certo que a participação feminina na renda familiar gera um poder de decisão e de participação nas questões familiares, não obtida até então. Esse empoderamento não se dá apenas no aspecto financeiro, mas social e político, pois a figura da mulher passa a ser mais respeitada e seu trabalho adquire um maior valor.

Mesmo se tratando de mudanças discretas e ainda cercadas de conservadorismo, é possível perceber que mulheres se tornaram mais autônomas, decididas, e respeitadas. Ao tempo em que procuram no trabalho, seja para o sustento da família, seja para realização pessoal, as mulheres vão adquirindo também a sua independência e liberdade através da sociabilidade constituída no ambiente de trabalho e de casa.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Daiane e WELLE, Iara – *Participação da Mão-de-obra Feminina*, 2005. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/eco02268/arend-welle-2007.pdf>, acesso em 10/05/2009.

ARAÚJO, Neuza Farias – *O Trabalho das Mulheres como Suporte Econômico da Família*, 2008. Revista Corpo, Violência e Poder; Florianópolis, 2008.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha - *Mulher, Casa e Família*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

CASTRO, Michele Galvez - *Mulher e crise no Brasil: A mulher no mercado de trabalho urbano dos anos 80*. São Paulo, Cadernos do CEAS, 1990.

D'ÁVILA, Sande Maria Gurgel - *O significado do trabalho feminino para famílias de Trabalhadoras de uma indústria de confecção em fortaleza*, 1999. Viçosa, UFV, 1999.

FLECK, Ana Cláudia – *A Mulher Como Principal Provedora do Sustento Familiar*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141sc>, acesso em 01/05/2009.

GUEDES, Branco - *Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista*. Editora Ática, São Paulo, 2007.

GOMES, Eduardo – *O Trabalho da Mulher nos Primeiros Anos da Década de 90*, 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf//T96V1A24.pdf>, acesso em 10/02/2009.

HOLZMANN, Lorena - *Notas Sobre As Condições Da Mão-De-Obra Feminina Frente Às Inovações Tecnológicas*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.rtext&pid=S>, acesso em 10/02/2009.

KERGOAT, Daniele - *Mulheres e Trabalho*. Editora Mundo, Rio de Janeiro, 1982.

LEONE, Eugênia Troncoso – *Renda Familiar e Trabalho da Mulher*. Campinas, Revista da Unicamp, 1999.

LEONE, Eugênia Troncoso – *O Perfil da Discriminação do Mercado de Trabalho*, 2003. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br//2003/td_0769.pdf, acesso em 12/06/2009.

MARRI, Izabel Guimarães – *Esposas como Principais Provedoras da Renda Familiar*, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v24n1/02.pdf>, acesso em 12/03/2009.

OLIVEIRA, Armando Maciel - *A Segregação Ocupacional por Gênero e Seus Efeitos Sobre os Salários no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Priscila Ramos e SILVA, Quelly de Almeida – *Trabalho Feminino: Uma Análise da Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho*. Viçosa, UFV, 2005.

PENA, Marcela Veiga - *Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro, Paz Terra, 1981.

RAMOS, Diná Andrade Lima e LAZO, Aída Verdugo – *A Vulnerabilidade Econômica das Famílias Residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no Período de 1991-2000*. Anais 2004, ABEP.

RODRIGUES, Arakcy Martins - *Lugar e imagem da mulher na indústria*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1992.

SOUZA, Eduardo - *A Classe Operária tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência*. São Paulo, Brasiliense, 2001.

WAJNMAN, Simone - *Mulheres na Sociedade e no Mercado de Trabalho Brasileiro: Avanços e Entraves*. Rio de Janeiro, Coleção Valores e Atitudes, 2006.

WAJNMAN, Simone e NETO, Ricardo – *Participação Feminina na População Economicamente Ativa*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.